

Público

29-01-2011

Periodicidade: Diário

Classe: Informação Geral

Âmbito: Nacional

Tiragem: 75000

Temática: Economia

Dimensão: 85

Imagem: S/Cor

Página (s): 8

Limitar salários de gestores pouparia 2,8 milhões de euros

Sofia Rodrigues

● A resposta chegou esta semana aos deputados do PS que a tinham solicitado: o Governo conclui que não se justifica impor a regra de limitar as remunerações dos gestores públicos ao vencimento do Presidente da República - pedida agora por CDS e Bloco de Esquerda - pela escassa poupança anual obtida: cerca de 2,8 milhões de euros.

Esta foi a resposta dada pelo ministro de Estado e das Finanças, Teixeira dos Santos, aos cinco deputados socialistas que o questionaram sobre qual seria a poupança para o Estado se todos os salários de gestores e outros trabalhadores da administração pública fossem limitados ao do Presidente da República. "A poupança global anual (...) seria de 2.849.000,00, isto é 0,00175 do PIB", lê-se na resposta, que logo de seguida arruma o assunto: "Não existem assim razões que justifiquem uma alteração do quadro legal vigente."

O BE e o CDS já propuseram que todos os salários dos gestores públicos não pudessem exceder o vencimento do chefe de Estado. Ainda esta semana, numa interpelação ao Governo



Teixeira dos Santos diz não haver justificação para limitar salários, pois o impacto no PIB seria de 0,00175 por cento

marcada pelo CDS, os dois partidos voltaram a insistir, mas Teixeira dos Santos salientou todo o trabalho de melhoria feito nos contratos com os gestores públicos, ao passarem a ter objectivos quantificados, uma situação que contrasta com a "opacidade" que encontrou, quando chegou ao Governo.

Na resposta aos socialistas, que enviaram o requerimento em Outubro, o ministro das Finanças lembra ainda que não houve em 2010, nem existirá em 2011, direito a atribuição de remuneração variável aos gestores do sector empresarial do Estado. Teixeira dos Santos recorda ainda os cortes de cinco por cento nos gestores públicos no âmbito das medidas de austeridade, a que acresce a redução até dez por cento no âmbito do Orçamento do Estado.

Os deputados socialistas - Jorge Sanches, Marcos Sá, Rui Pereira, Isabel Coutinho e Miguel Laranjeiro - questionaram ainda o ministro sobre qual seria o impacto de uma medida desse tipo nos actuais e futuros compromissos do sistema de Segurança Social, da Caixa Geral de Aposentações ou de eventuais fundos de pensões, mas a pergunta foi remetida para as respectivas entidades e a resposta ainda não chegou.